

**“PEDAGOGIA UEM 45 ANOS: DESAFIOS
NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES”**

11 a 14 de junho de 2018



Arte: Sabrina Rocha, acadêmica do 4º ano do Curso de Pedagogia-UEM

**EDUCAÇÃO E ESTADO NA “CRÍTICA AO PROGRAMA DE GOTHA” DE KARL
MARX**

César de Alencar Arnaut de Toledo (PPE/DFE – UEM)

William Robson Cazavechia (PG – Educação/UEM)

Resumo expandido

O objetivo é problematizar a relação entre Educação e o Estado conforme as proposições de Karl Marx em sua **Crítica ao Programa de Gotha**. Escrita no século XIX, a crítica tem por objeto o programa de unificação dos partidos dos trabalhadores alemães. A crítica consiste na análise do documento proposto como Programa do Partido Operário Alemão. O procedimento da análise de Marx é feito com a citação e a crítica ao texto e glosas ao texto do programa. Ao citar um excerto, faz a construção da análise crítica. A proposta do minicurso parte da necessidade de esclarecer algumas sentenças sobre o Estado como: “Estado livre, o que é isso?” e, “O Estado atual é uma ficção”. E, sobre Educação, definimos como ponto de partida para a reflexão as seguintes frases: “Absolutamente condenável é uma “educação popular sob incumbência do Estado” e “O governo e a Igreja devem antes ser excluídos de qualquer influência sobre a escola”. O minicurso se apresenta como uma proposta de leitura do texto de Karl Marx tendo em vista as contradições que a produção capitalista engendra. A importância da discussão sobre a relação entre Educação e Estado é devida ao fato de que no momento histórico atual emergem os temas da privatização do ensino superior e da educação básica. O sagaz pensamento revolucionário de Karl Marx continua pujante (SCHWARZ, 2017). Quando pensamos na educação mercantilizada, não podemos deixar de observar as relações sociais concretas que reproduzem suas condições e determinações. O pensamento e o método proposto por Marx, fornecem o meio pelo qual podemos analisar a realidade contraditória das diferentes sociedades que vivem sob o

domínio da mercadoria. Escrita em 1875, em Londres, sua Crítica traz um conjunto de notas ao texto do projeto de unificação dos partidos de esquerda em uma única agremiação operária. Na cidade alemã de Gotha, socialistas revolucionários, no parecer de Marx, se submeteram aos revisionistas lassallistas. Nessa crítica, encontramos alguns esclarecimentos sobre a educação, com as quais podemos entender aspectos do que vem a ser a educação na sociedade de classes. No momento histórico em que foram escritas, fez notas sobre os desafios frente ao Estado e a democracia. Se retomarmos, portanto, a questão da educação na análise, isto se faz a fim de historicizar os processos contemporâneos que a constituem. Para isso retomaremos as discussões já suscitadas por Marx no texto em meio ao emaranhado de declarações midiáticas, publicitárias e de imprensa, das liberdades individuais garantidas por um dito *new (deal?) global*. De acordo com Harvey, a contradição mais importante é aquela entre a realidade e a aparência do mundo em que vivemos. Essa contradição precede a nossa percepção do mundo. Ela pode se limitar ao aparente ou perscrutar a formação da realidade. A mercantilização e a privatização da educação se revelam exemplares. Afinal, com as crises do capitalismo no século XX, ela passou de serviço público à condição de mera mercadoria, com “pacotes” de semiformação ofertados por empresas. Na aparente promoção da formação superior para um maior número de pessoas, escondem-se as causas latentes dessa transformação de serviço público para a esfera empresarial. O trabalho docente foi terceirizado e o investimento do Estado, com a PEC 55/2016, no caso do Brasil, foram restringidas por um teto. Em contrapartida, a iniciativa privada recebeu incentivos fiscais e financeiros significativos. O ensino básico também foi contemplado por essa mesma lógica. A aparência não demonstra as causas. O Programa, criticado por Marx, trouxe a estridência democrática, mas está, em suas palavras, “infestado da credulidade servil no Estado” e da “superstição democrática, ou, ainda, no arranjo entre esses dois tipos de superstição” (MARX, 2012, p, 46). Naqueles dias, as velhas palavras de ordem do liberalismo poderiam ser pronunciadas da seguinte maneira: “cada um tem de poder satisfazer suas necessidades religiosas, assim como as corporais, sem que a polícia meta aí o seu nariz” (MARX, 2012, p, 46). Entretanto, para Marx, o Partido Operário não aproveitou a oportunidade para extrapolar o nível “burguês” das relações sociais. Não declarou sua convicção de que a liberdade de consciência

burguesa não vai além de qualquer forma possível de liberdade religiosa de consciência. Além disso, não anunciou que seu objetivo é o de libertar a consciência de qualquer assombração religiosa. Nosella (2005) nos diz que, no século XXI, a demarcação entre trabalho e tempo livre se esvaiu. Cabe à educação preparar o homem para viver as novas formas de produzir e de relaxar. Existe a necessidade de uma integração humana e orgânica do trabalho e do tempo livre. Essa integração continua sendo a proposta, “o sonho e o desafio do pensamento humanista” (NOSELLA, 2005, p. 248). Além disso, um novo conceito de trabalho se projeta para além das atividades próprias das fábricas ou das empresas. “Trabalho é a produção da própria existência humana. Trabalho é cuidar da oficina da fábrica, mas é também cuidar da horta, do jardim e da cozinha de casa” (NOSELLA, 2005, p. 251-252). Segundo ele, a escola do século XXI precisa ensinar a seus alunos que a distribuições e os sentidos do trabalho mudam ao longo da história. É preciso preparar ex-trabalhadores industriais para a nova virtualidade da sociedade. De acordo com seu pensamento é importante preparar o homem para o tempo livre, assim como o homem foi preparado, no passado, para a sociedade do trabalho (NOSELLA, 2005). Entretanto, sabemos que vivemos em conformidade com as exigências inalteráveis, como diz Mészáros, da lógica global de um determinado sistema de reprodução. “Podem-se ajustar as formas pelas quais uma multiplicidade de interesses particulares conflitantes se deve conformar com a regra geral preestabelecida da reprodução da sociedade, mas de forma nenhuma pode-se alterar a própria regra geral” (MÉSZÁROS, 2008, p. 25). O que caracteriza essa lógica é a exclusão da possibilidade de legitimar o conflito entre as forças hegemônicas fundamentais rivais. Em uma dada ordem social já superada na modernidade, seriam alternativas viáveis quer no campo da produção material, quer no âmbito cultural e educacional. O mesmo vale para a luta fundamental entre o capital e o trabalho. Quaisquer que fossem as utopias educacionais anteriormente formuladas permaneceram estritamente sob os limites da perpetuação do domínio do capital (MÉSZÁROS, 2008). Sem consciência crítica não seremos capazes de apreender o fenômeno da educação em suas contradições. Numa sociedade na qual a educação tem se sustentado em ideários nos quais com entretenimento se aprende a aprender, faz-se urgente a análise da concretude histórica na qual essa sociedade está assentada. Afinal, em contrapartida ao processo de ensino em que o

professor não ensina, e nem pode ensinar, ele também não tem responsabilidade alguma sobre o que se aprende. Por isso, consciência crítica emancipa e pode alterar o mundo. De acordo com Lombardi, “a institucionalização e necessidade de ampliação do aparato escolar, levou-o a depender crescentemente do Estado, sob a justificativa liberal de que a educação deveria ser considerada uma necessidade social, como um direito de todos os cidadãos” (Lombardi, 2008, p. 15). Com isso se delineava o desenvolvimento e a consolidação de um aparato escolar de dependência estatal. Considerando o Estado um aparato a serviço da classe dominante, mas particularmente a serviço da burguesia, os exemplos já disponíveis para Marx possibilitavam vislumbrar que a educação se convertia em instrumento de dominação ideológica, um meio para que a burguesia se consolidasse como classe hegemônica em nessa condição, exercesse poder. Marx e Engels repudiavam o controle que o Estado exercia, já que esse repúdio era a forma de impedir que a burguesia contasse, além dos outros poderes de que já dispunham, com todo o aparato posto a seu serviço. De acordo com Araujo (2008, p. 49), embora o contexto de emergência da crítica esteja referido à Alemanha de então, ele se configura como lapidar, dado que está cordialmente vinculado ao sistema educacional enquanto expressão de política capaz de promover a equalização entre as classes sociais, sendo que o Estado é aqui situado como impossibilitado quanto a estar impulsionando tal equalização. As seguintes dimensões estão presentes no texto de Marx: referências sobre a universalização, a obrigatoriedade, a gratuidade, a laicidade e a publicização, envolvendo também as questões relativas ao estatal da escola; considerações críticas sobre a educação de diferentes classes sociais; concepção de Estado e seu papel na educação escolar; e crítica ao financiamento da educação superior. “A rigor, não é apenas uma desconfiança, mas um posicionamento confessadamente situado em relação à própria concepção de Estado” (ARAUJO, 2008, p. 50). Por fim, Manacorda, diz que para Marx, a oposição ao “Estado educador não é uma tese transitória, válida contra o Estado burguês, e que deva ser abandonada quando se trate de um Estado proletário” (Manacorda, 2010, p. 50). A perspectiva do socialismo nunca se configura, nele, como um aumento da esfera estatal. A partir da leitura e discussão sobre o texto da Crítica atendemos a pertinente tarefa de retomar as discussões sobre a relação do Estado e Educação.

Palavras-chave: Educação; Estado; Programa de Gotha; Karl Marx.

Referências

ARAUJO, José Carlos Souza. O Embate Marxiano com a Construção dos Sistemas Educacionais. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). **Marxismo e Educação: debates contemporâneos**. 2ª edição. Campinas, São Paulo: Autores Associados: HISTEDBR, 2008.

HARVEY, David. **17 Contradições e o Fim do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

LOMBARDI, José Claudinei. Educação, Ensino e Formação Profissional em Marx e Engels. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). **Marxismo e Educação: debates contemporâneos**. 2ª edição. Campinas, São Paulo: Autores Associados: HISTEDBR, 2008.

MÉSZÁROS, István. **A Educação Para Além do Capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a Pedagogia Moderna**. 2ª edição. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2010.

MARX, Karl. **Crítica ao Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

NOSELLA, Paolo. A Educação e o Mundo do Trabalho: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Volume III – Século XX. Rio de Janeiro: Vozes, 2005. p.243-256.

SCHWARZ, Roberto; et.alli. **Nós que Amávamos Tanto O Capital: Leituras de Marx no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2017.